

Este livro reúne conferências apresentadas por Finley: quatro capítulos são versões revistas de apresentações na *Queen's University*, de Belfast, em 1980, enquanto que os capítulos 2 e 6 foram elaborados posteriormente e também levados a público na Real Academia de Ciências e Letras da Dinamarca. O fato de ter sido originalmente concebida com tal finalidade marcou bastante o conjunto da obra, desde a escolha do assunto até a forma de exposição, com a retomada dos mesmos temas em diferentes capítulos.

No prefácio, o A. explica qual a sua acepção do termo "Política": ela é constituída pelos "métodos, tanto informais quanto formais, como o governo é conduzido e as decisões governamentais são tomadas, bem como a ideologia concomitante". A sua proposta é limitar-se ao estudo da política da cidade-Estado, autogovernada, excluídas as monarquias e tiranias gregas. Estabelece, como campo de pesquisa, as cidades gregas, a partir de meados do século VII aC., no final do período arcaico, até as conquistas de Alexandre, o Grande, e Roma, desde meados do século V aC. até o final da República. Examina Grécia e Roma comparativamente, procurando ressaltar os elementos comuns e as diferenças entre ambas.

A análise, contudo, restringe-se na maioria das vezes aos casos de Atenas e Roma, incluindo ocasionalmente Esparta. Mesmo com esta redução, o campo abrangido pela exposição ainda é vastíssimo. A amplitude dos limites espacial e temporal torna inevitável uma abordagem que privilegia a busca de linhas gerais. O aprofundamento de aspectos institucionais não é possível (e claramente não é este o propósito de Finley). Pressupõe-se um certo conhecimento prévio das instituições clássicas por parte dos ouvintes das conferências – e dos leitores do livro.

Trata-se de uma obra de síntese e de divulgação – sem dúvida de alto nível – de pontos de vista conhecidos e aceitos pela historiografia atual. Outros autores têm dado tratamento mais sistemático ao mesmo assunto; permite nos lembrar pelo menos duas obras específicas sobre

* Professora do Departamento de História da PUC-SP.

política publicadas nos últimos anos: a de Claude NICOLET – *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris, Gallimard, 1976 e 1979 (2 ed.), da qual já há uma tradução italiana (*Il mestiere di cittadino nell' antica Roma*. Roma, Editori Riuniti, 1980) e a de Carmine AMPOLO – *La politica in Grecia*. Roma, Laterza, 1981. Ambos são especialistas que conseguem o objetivo de atingir um público mais amplo, transmitindo de forma acessível o conhecimento histórico.

Os mesmos tópicos são repisados em diferentes partes do livro; isto ocorre sobretudo na discussão dos efeitos sociais e políticos da aquisição de um império por Atenas, Esparta e Roma. Em todos os capítulos, Finley insiste sobre o papel da guerra na sociedade antiga, na utilização da glória militar para obtenção de prestígio político, na estabilidade do sistema nas cidades beneficiadas com a conquista de um império. O estudo das relações entre religião e política, tratado no capítulo 2, reaparece nos capítulos 4 e 6.

Examinaremos, de modo sucinto, os principais aspectos abordados na obra.

No capítulo 1, o A. esboça uma breve comparação da evolução dos conflitos sociais nos Estados gregos e em Roma; o ponto de partida foi basicamente o mesmo – eram todas sociedades agrárias nas quais credores aristocráticos se opunham a devedores camponeses. Após uma sumária referência a Atenas de Sólon e à luta patrício-plebéia em Roma, passa a analisar as transformações decorrentes das conquistas em Esparta, Atenas e Roma, ressaltando o caráter do exército da *pólis* como uma milícia de cidadãos.

Finley também esclarece em que sentido utilizou o termo “classe”: “não num sentido técnico, marxista ou outro”, mas “como costumamos fazer no discurso comum” (p. 21). Usando o esquema dos autores antigos, adota a divisão da *pólis* em duas classes que se opunham, os “ricos” e os “pobres”.

Nas pp. 14 - 17, são comentadas as situações em que surgiu e foi utilizado o “*senatus consultum ultimum*” como instrumento de repressão; no entanto, o leitor interessado numa melhor compreensão desta instituição romana será obrigado a consultar uma obra especializada, pois não encontrará outra explicação, senão a de que os elementos “subversivos” não faziam mais jus à proteção da lei, em particular ao direito a um julgamento formal.

No segundo capítulo são examinados os fatores que explicam a manutenção da estabilidade política em Atenas, Esparta e Roma: a aceitação do princípio da desigualdade social por todas as classes; a

isenção de tributação sobre os cidadãos mais pobres; as vantagens obtidas pelas classes inferiores advindas da repartição (embora desigual) dos benefícios materiais resultantes das guerras e conquistas. A educação política através do contacto direto com a vida pública funcionou como instrumento de transmissão dos valores aceitos numa sociedade onde predominou a comunicação oral.

As relações de patronato e clientela funcionaram como reforço da estrutura de poder. O sistema ateniense de atribuir liturgias aos membros mais ricos da sociedade é comparado ao método romano de entregar a responsabilidade pela organização de festividades públicas aos magistrados eleitos. O poder da aristocracia greco-romana era derivado de sua riqueza e das maneiras como esta era utilizada na busca da liderança política. Daí, a atitude de Péricles no sentido de enfraquecer a dependência do *demos* em relação à aristocracia, buscando transferir a clientela para o Estado, por meio da assistência financeira aos pobres com verbas públicas, como pagamento por serviços prestados ao Estado. No caso de Roma, as eleições para as altas magistraturas da República dependiam das relações de clientela de cada família da *nobilitas*.

No capítulo seguinte, encontra-se a afirmação de que a Política existe nos “Estados em que as decisões vinculatórias são tomadas através de discussão, debate e finalmente, votação.” Daí, os limites cronológicos adotados pelo A. e a exclusão de Roma sob o governo imperial deste estudo.

Após um esboço da organização constitucional de Atenas e Roma, Finley explica que a liderança política foi monopolizada pelo setor mais rico dos cidadãos devido: à ideologia do respeito ao “*nomos*” ou “*mos maiorum*”; às razões financeiras, graças à munificência das camadas mais abastadas; à glória militar, que era fator decisivo na conquista da liderança, sendo que as classes superiores detinham o controle do comando dentro dos exércitos gregos e romanos.

A respeito do final da República romana, encontramos apenas que ela foi destruída por uma série de comandantes militares, desde Mário até Júlio César, que não estavam sujeitos a um controle popular comparável ao de Atenas. Não são abordadas as transformações ocorridas nas relações entre comandante/soldados devido à substituição do exército cívico pelo exército profissional nem tampouco é explicitado o processo pelo qual o novo exército escapou ao controle do Senado romano.

A participação popular nas assembleias que detinham o poder de decisão final é abordada no capítulo 4, onde é descrito o funcionamento das instituições atenienses (assembleias, conselhos e tribunais) e do

sistema oligárquico romano. São comentados aspectos característicos da sociedade ateniense e da romana: ambas eram sociedades mediterrânicas, do tipo “face a face”, onde predominava a palavra falada, caracterizadas pela dificuldade em obter e divulgar informações essenciais para a tomada de decisões, pela inter-relação dos assuntos internos e externos de caráter militar, pela ausência de separação entre liderança civil e militar, pela importância do prestígio militar, e pela munificência pública para obtenção e manutenção da liderança política.

No capítulo 5, são destacados os conflitos políticos centrais na Antiguidade clássica: 1º) a luta pela obtenção de direitos legais e pela publicação das leis (a legislação de Sólon e a Lei das XII Tábuas); 2º) a reivindicação de distribuição de terras e cancelamento das dívidas. A colonização funcionou como válvula de escape para garantir a estabilidade do sistema. A solução externa por conquista foi adotada em Esparta, com a anexação da Messena; em Atenas, com a implantação de clerúquias; e em Roma, com a instalação de colônias dentro e fora da Itália em territórios tomados a povos subjugados. A aceitação da guerra e das vantagens das conquistas pelos cidadãos de todas as classes sociais é novamente ressaltada.

O final do capítulo 5 (originalmente, a conferência de encerramento em Belfast) mostra a intervenção dos exércitos romanos pondo fim à participação popular e à própria política na Antiguidade. As decisões de caráter vinculatório deixaram de ser tomadas mediante discussão e votação final.

A ideologia é o objeto de estudo do capítulo 6, no qual o A. procura responder à questão: o que confere legitimidade a um regime? Apesar das diferenças entre o pensamento político grego e romano, certos princípios eram aceitos; assim, a liberdade do cidadão e o “governo pelas leis” eram considerados condição essencial para a existência da *pólis*. A divergência surgia em torno de quem deveria formular as leis que vigorariam para todos; daí, a existência de democracias e oligarquias, embora a liderança política fosse sempre monopólio de uma pequena camada, tanto na Grécia quanto em Roma.

Após a apresentação da temática da obra, indicaremos alguns problemas de revisão ou de tradução com que deparamos no texto, embora sem a pretensão de fazer um levantamento completo.

Na p. 25, quatro *iugera* são considerados equivalentes a 10 hectares. Ora, cada *iugerum* é igual a 0,252 ha.; cabe aí uma correção, portanto, sobre as dimensões da propriedade de Cincinato. Na p. 31, há uma frase sem sentido: “reduzia automaticamente a metade mais pobre da cidadania ao serviço marginal na armada ou . . . como auxiliares

com armas leves, ou para *completar a isenção*, salvo em emergências.”(grifo nosso)

Talvez fosse mais correto traduzir simplesmente por “censura”, em lugar de “censurado”, o exercício do cargo de censor por Catão (p. 121). Na p. 161, duas linhas do texto estão invertidas, tornando sem sentido a última frase; podemos deduzir que a ordem correta seja: “ideologia não é teoria e não deve estar sujeita à mesma espécie de análise rigorosa. O teste. . .”. Já no índice onomástico, o nome de Mitrídates foi transformado em Miltrídates (p. 177).

Há um caso mais grave, relativo à tradução para o português de termos ingleses, que foram usados pelo A. como o equivalente de expressões latinas, chegando-se ao resultado de tornar o texto absolutamente incompreensível. Vejamos esta passagem: “no Senado, os incompetentes exerciam, sem dúvida, escassa influência, mas eram plenipotenciários no campo e quase o eram em suas ações em casa, armados como estavam com *imperium*.”(p. 166). Ora, sabemos que os cônsules e pretores estavam revestidos do “*imperium*”; este era um poder superior, civil e militar, que compreendia o *imperium militiae* e *domi*. O primeiro fazia do magistrado que o detinha o comandante do exército romano; mas este poder cessava às portas de Roma, não podendo ser exercido no interior do *pomoerium*. O *imperium domi* era a parte dos poderes que se exercia no interior da cidade (direito de convocar os comícios e o Senado, de emitir sentenças judiciárias). É de supor que seja a estes dois aspectos do *imperium* que se refira a passagem acima citada. A expressão *domi/militiae* poderia ser traduzida por “na paz e na guerra” ou “no interior e no exterior” de forma mais apropriada que “em casa” e “no campo”.

É preciso reconhecer que houve um louvável progresso por parte da Editora Zahar ao passar da edição de obras como a de Michael Cheilik – *História Antiga*; de seus primórdios à queda de Roma. Zahar, 1984 (ver a resenha de J. A. Dabdab Trabulsi, em *Revista de História*, S. Paulo, 118: 197 - 201, jan./jun. 1985), para a tradução desta *Politics in the Ancient World* (publicada em 1983 pela Cambridge University Press), de um historiador de renome internacional como Sir Moses Finley. Acreditamos, porém, que não seria difícil para a Editora escolher dentre a vasta e importante produção deste autor, uma outra obra mais significativa, cuja tradução cuidadosa viria aumentar o minguado leque de opções que se oferece ao professor universitário quando da indicação de leituras aos seus alunos e também atenderia a um público maior, interessado na divulgação dos resultados da atual investigação histórica.

Maria Luiza CORASSIN*